Ativo (Em R$)	31/12/2016	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R$)	31/12/2016
ATIVO	266.613.806,80	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	266.613.806,80
CIRCULANTE	29.128.333,12	CIRCULANTE	45.171.158,95
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	14.264.784,39	FORNECEDORES	9.603.307,44
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	9.756.858,88	SALARIOS E ORDENADOS	3.108,03
ALMOXARIFADO	685.250,76	PROVISAO DE FERIAS	5.271.270,85
OUTROS VALORES A RECEBER	303.718,98	PROVISAO 13º SALARIO	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.245.804,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	4.117.720,11	IRPJ E CSLL	0,00
NAO CIRCULANTE	237.485.473,68	PIS E COFINS	45.484,63
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	720.980,00	RETENCOES ENCARGOS TERC	687.421,07
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	720.980,00	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	3.893.637,50
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	IMPOSTOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
IMOBILIZADO EM OPERACAO	230.556.152,04	CESSOES DE AREAS A REALIZAR	16.351.070,96
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.406.316,73	OUTRAS EXIGIBILIDADES	7.070.054,47
INTANGIVEL	1.802.024,91	RECURSOS FEDERAIS OBRAS	4.449.205,72
		RECURSOS MUNICIP EVENTOS	378.808,81
		DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	1.636.268,77
		OUTRAS EXIGIBILIDADES	605.771,17
		NAO CIRCULANTE	167.427.155,26
		DEBITOS COM EMPRESA MUNICIP	4.550.756,18
		OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	63.700.510,17
		IRPJ E CSLL DIFERIDOS	6.447.833,86
		CESSOES DE AREAS A REALIZAR	0,00
		PROVISOES CONTING TRABALHISTAS	3.486.746,42
		PROVISOES CIVEIS	57.656.991,13
		PROVISOES FISCAIS	8.399.000,00
		RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	23.185.317,50
		PATRIMONIO LIQUIDO	54.015.492,59
		CAPITAL SOCIAL	149.198.963,20
		ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	6.001.218,32
		RESERVA DE REAVALIACAO	120.283.267,67
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-221.467.956,60
	0,00		0,00

(Em R$)	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL	27.934.289,62
DEDUCOES DA RECEITA OPERACIONAL	-3.366.353,45
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	24.567.936,17
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-9.001.852,15
RESULTADO BRUTO	15.566.084,02
DESPESAS OPERACIONAIS	-73.590.505,81
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-73.609.073,19
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	18.567,38
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-58.024.421,79
RESULTADO FINANCEIRO	-422.803,03
RECEITAS FINANCEIRAS	366.320,00
DESPESAS FINANCEIRAS	-789.123,03
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-58.447.224,82
IRPJ E CSLL	-281.725,93
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-58.728.950,75

(Em R$)	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL	193.875.019,41
DEDUCOES DA RECEITA OPERACIONAL	-5.325.044,39
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	188.549.975,02
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-92.532.041,35
RESULTADO BRUTO	96.017.933,67
DESPESAS OPERACIONAIS	-158.646.123,70
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-159.182.972,17
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	536.848,47
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-62.628.190,03
RESULTADO FINANCEIRO	-5.522.083,44
RECEITAS FINANCEIRAS	3.702.470,88
DESPESAS FINANCEIRAS	-9.224.554,32
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-68.150.273,47
IRPJ E CSLL	-281.725,93
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-68.431.999,40

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 28/04/2017, em assembleia geral, foi colocada em discussão a apresentação destas Demonstrações Financeiras da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Informamos que, em virtude do potencial processo de privatização, conduzido pela Secretaria Municipal de Desestatização, e considerando a necessidade de apresentar, ao futuro e eventual comprador, informações atualizadas sobre as questões financeiras, operacionais, administrativas, comerciais e de recursos humanos, e que seriam objeto de um processo de auditoria (*due diligence*), que é realizado em procedimentos dessa natureza e seguindo a recomendação dos Auditores Independentes, houve por bem dar início a um processo de revisão contábil das demonstrações financeiras referentes a o exercício social encerrado em 31/12/2016, revisão esta que se estimou estar concluída em um prazo de até 120 (cento e vinte) dias. Uma vez concluído o processo de revisão, seria convocada nova assembleia geral ordinária.

Neste sentido, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **SÃO PAULO TURISMO S.A.,** acompanhadas das respectivas notas explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e Conselhos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações estão elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), determinações legais e legislação societária vigente.

A Empresa

São Paulo Turismo S.A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Avenida Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,6% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S.A. detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) O fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) A construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) A execução de política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) O licenciamento de marcas de sua titularidade; h) O apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) A concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) A prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. **O Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, **"o Sambódromo"**, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi,* com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da PMSP. Nesse complexo, temos a *Pista Principal*, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da Fórmula 1 na América do Sul, o *Kartódromo Ayrton Senna* e *Diversos Espaços Livres* que recebem shows musicais e outros eventos.

Reformulação Administrativa

Com as eleições municipais de 2016, com a vitória do atual Prefeito para o mandato de 2017 a 2020 já no primeiro turno em outubro de 2016, foram antecipados os trabalhos de passagem de informações e dados entre as equipes de transição, com objetivo de preparação para os atos de iniciativa dos novos mandatários. Todas as Diretorias Executivas da gestão do Prefeito anterior tiveram seus respectivos mandatos encerrados em janeiro de 2017. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da gestão anterior tiveram seus respectivos mandatos encerrados em abril de 2017.

A alteração da alta administração nas companhias estatais a cada eleição faz parte das estratégias dos novos governantes, e tem sido adotada a postura de preservar o conhecimento das regras dos negócios e das operações no pessoal concursado. Procurou-se, na medida do possível, que tais regras fossem incorporadas e reestruturadas no novo sistema integrado ERP - Totvs Protheus, em operação desde 01/01/2016. A implantação deste recurso contribuiria para amortecer os impactos na continuidade das operações, na relevante alteração no quadro do pessoal, singularmente ocorrida em março de 2016, motivada pela queda no volume de vendas, quando se fez necessária adoção de um Plano de Demissão Voluntária.

Conjuntura

A acionista majoritária, Prefeitura de São Paulo - PMSP tem apresentado na mídia a alternativa de privatização da São Paulo Turismo S.A., pois entende que a atividade preponderante do equipamento pode ser administrada pela iniciativa privada. Justifica-se pela conjuntura econômica de escassez de recursos em que a missão da Prefeitura deve priorizar o interesse público, tais como saúde, educação e transportes. Trata-se de uma prerrogativa da Prefeitura, como a que possui todo o acionista, a de ter livre a administração de suas ações, portanto, de mantê-las ou de aliená-las.

A São Paulo Turismo S.A. é uma sociedade de economia mista e tem algumas de suas atividades orientadas em prol do interesse público e que, portanto, justifica este enquadramento no sistema da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76.

A Constituição somente admite a presença do Estado na atividade privada quando essa atuação, que muitas vezes se dá através das sociedades de economia mista, tem por escopo atingir uma finalidade de interesse público - a competição para a queda de preços, ou para a melhoria da qualidade dos serviços à população, por exemplo.

A São Paulo Turismo S.A., juntamente com a Prefeitura e órgãos especializados, vem desde 2016, estudando as melhores estratégias para reencaminhar o equipamento ao mercado, a luz das correntes doutrinárias mais recentes que cercam desestatizações, seja na modalidade de alienação de controle acionário ou outras formas de parcerias com o setor privado.

Se por um lado, para um parceiro privado, seu investimento parte do pressuposto da continuidade do Governo na administração da Companhia, por outro lado uma privatização traz um senso de temeridade à sua decisão de investir.

A Empresa, juntamente com a acionista majoritária, busca definir suas ações com o objetivo de direcionar o equipamento para estar em condições de competitividade da forma mais célere possível.

A Empresa reconhece que seus potenciais clientes para grandes eventos tem um ciclo operacional longo e não podem prescindir da segurança de ter o equipamento em condições adequadas para a realização de seu evento na data em que o contrata. A Empresa também reconhece que estes clientes correspondem ao maior volume de suas receitas e margem de contribuição, e tem garantido as operações desta empresa.

Projetos de investimentos:

Arena Indoor

Em janeiro de 2015 a São Paulo Turismo lançou chamamento público para receber projetos de empresas interessadas em construir o novo espaço "Arena Indoor" nas dependências do Anhembi. Como características, destacam-se o terreno com 21 mil m² localizado ao lado do Sambódromo, a capacidade para 20 mil pessoas e a infraestrutura interna adequada para múltiplas configurações de uso com padrão internacional. Será viabilizado em parceria com a iniciativa privada. Tal processo encontra-se revogado.

NOVO ANHEMBI

Foi buscando um reposicionamento de mercado em relação à concorrência e ao atendimento das necessidades de seus clientes, que a SPTuris, em 19/05/2015, divulgou o Chamamento Público nº 002/2015, com base no Decreto Municipal nº 51.397/2010. O objetivo do Chamamento foi cadastrar e qualificar interessados em realizar estudos técnicos e de estruturação de modelagem de projeto, levantamentos, investigações, pesquisas, estudos de viabilidade, relatórios, minutas, pareceres e demais elementos (ou, simplesmente ESTUDOS) para a revitalização, modernização, otimização, ampliação, diversificação, operação, manutenção e gestão do empreendimento denominado NOVO ANHEMBI. Além de reduzir os impactos de perdas de receita com o redirecionamento de eventos para outros espaços, o projeto buscava suprir a necessidade de reformas estruturais significativas do empreendimento.

Com o Chamamento Público, buscou-se formar parcerias com a iniciativa privada que viabilizassem serviços e recursos financeiros. Tais recursos produziriam investimentos robustos para a otimização física e estrutural das instalações existentes. Isso ampliaria a infraestrutura disponível e possibilitaria que o complexo Anhembi continuasse a ser um polo de geração de negócios e centro de referência para atração de turistas ao município de São Paulo. Uma das premissas do Chamamento Público era a restrição orçamentária da SPTuris ou do acionista controlador (PMSP), o que limitava o investimento com recursos próprios. Era necessário que os ESTUDOS apontassem soluções que atraíssem investimentos privados suficientes para a magnitude do empreendimento e assegurassem maior vantagem econômica para a SPTuris e para a Administração Pública Municipal. O projeto foi revogado.

Recursos do PAC

Com recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, a Empresa possui licitações em andamento para compra de canaletas e tampas de canaletas para o Pavilhão (Processo 1.220/15, no valor de R$ 974,7 mil), demolição e adaptação das canaletas do Pavilhão (Processo 002/16, no valor de R$ 2.254 mil) e cobertura, climatização e forro dos Hall 2 e 3 do Palácio (Processo 1387/15, no valor de R$ 7.398 mil).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Neste momento, mesmo com o cenário econômico ainda desfavorável, a Administração está comprometida na busca de novas receitas e recursos junto à iniciativa privada, aliada a medidas de contenção de despesas e ações de revitalização do Complexo.

No âmbito da execução de política, promoção e exploração do turismo, conforme informado no site da Central de Monitoramento do Turismo da Cidade de São Paulo do Observatório de Turismo e Eventos, "o turismo é responsável por mais de 1,7 milhões de empregados e uma receita turística total da ordem de R$ 25,4 bilhões advinda de gastos diversos em hospedagem, alimentação, compras e lazer".

A São Paulo Turismo S.A. contribui para a execução da política de turismo, a promoção e estruturação das atividades turísticas e eventos na cidade de São Paulo. Para tanto, participa dos projetos voltados para a divulgação da Cidade como polo turístico e de negócios.

Dentro dos espaços que administra são realizados eventos, dentre outros, como Campus Party, Carnaval, Feira do Empreendedor - SEBRAE, Feirão da Casa Própria, Bienal Internacional do Livro, Expo Music, Fórmula 1, Lollapalooza, shows musicais, desfiles, eventos religiosos, profissionais e formaturas.

E na Cidade de São Paulo realiza eventos como Réveillon na Paulista, Virada Cultural e Virada Esportiva. Ainda conforme o relatório, Para 2017, estima-se que o setor turístico paulistano terá uma oportunidade de crescimento, baseando seus esforços no tripé viagens de negócios, eventos e turismo cultural, pois novamente espera-se um calendário recheado de eventos. Por fim, é o momento da união das entidades associativistas do setor de viagens, turismo e eventos mostrarem sua força e trazerem soluções criativas para impulsionar o mercado.

Para o ano de 2016, o Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, núcleo de estudos e pesquisas da São Paulo Turismo, apresentou os seguintes indicadores.

Arrecadação ISS com Turismo (R$ mil)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2016	24,7	23,1	21,5	23,2	21,9	24,3	23,1	22,4	25,5	21,7	22,4	23,5	277,3
2015	23,5	21,8	19,7	25,0	22,3	25,1	22,9	21,7	22,5	22,8	24,0	22,2	273,5

Ocupação Hoteleira (%)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2016	49,04	57,32	66,32	65,41	63,09	67,78	59,15	64,57	62,79	62,33	70,11	54,14	61,84
2015	50,38	52,65	66,10	61,23	66,62	66,41	59,14	71,01	62,89	62,94	66,73	50,90	61,42

Valor da Diária Média (R$)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2016	296,19	313,66	321,56	297,12	293,97	296,09	295,30	284,82	276,07	291,77	307,46	267,24	295,10
2015	288,87	326,51	320,48	312,87	322,93	323,84	318,31	325,27	319,02	316,69	323,99	302,22	316,75

ANÁLISE DOS RESULTADOS - R$ milhões

	2014	2015	2016
Receita líquida	**195,6**	**194,5**	**184,9**
Despesas operacionais e custos	**(185,4)**	**(206,1)**	**(247,5)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**10,2**	**(11,6)**	**(62,6)**
Resultado do exercício	**5,1**	**(13,8)**	**(68,4)**

EBITDA

(*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com a finalidade de avaliar a eficiência e a produtividade da empresa.

Reconciliação EBITDA - R$ milhões	2014	2015	2016
Lucro (Prejuízo) líquido	**5,1**	**(13,8)**	**(68,4)**
(+) IR, CSLL	**–**	**0,7**	**0,3**
(+) Despesa financeira líquida	**5,0**	**(1,5)**	**5,5**
(+) Depreciações e amortizações	**6,7**	**7,3**	**7,1**
(+) Provisões	**–**	**14,7**	**64,1**
EBITDA	**16,8**	**7,4**	**8,6**

VALOR ADICIONADO

A SPTuris evidencia a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante o ano de 2016 como parte de suas demonstrações contábeis na Demonstração de Valor Adicionado.

O valor adicionado em 2016 totalizou R$ 34.508 mil. Desse montante, R$ 40.729 mil equivalente a 20,3% das receitas obtidas e 118,0% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Distribuição do Valor Adicionado:

- Remuneração do Trabalho = 177,7%
- Remuneração do Governo = 118,0%
- Remuneração de Terceiros = 2,6%
- Prejuízo da Empresa = (198,3%)

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria da Companhia está atenta às mudanças nas condições de mercado e no ambiente econômico. Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade e viabilizar importantes projetos de investimentos. Estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência e a auditoria e os controles internos. Nosso propósito é reduzir incertezas e propiciar condições para melhor *valuation* da SPTuris.

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, pela parceria e apoio recebidos, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de julho de 2017

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**31/12/2016**	**31/12/2015 Reapresentado**
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	14.265	31.150
Contas a receber de clientes	6	9.757	21.755
Tributos a recuperar	7	4.118	4.009
Almoxarifado		685	687
Despesas antecipadas		–	58
Outros valores a receber	8	304	545
		29.129	**58.204**
Não circulante			
Realizável a longo prazo		720	5.272
Imobilizado	9	234.963	237.367
Intangível		1.802	87
		237.485	**242.726**
Total do ativo		**266.614**	**300.930**

Passivo	**Nota**	**31/12/2016**	**31/12/2015 Reapresentado**
Circulante			
Fornecedores		9.603	17.086
Obrigações trabalhistas	10	7.520	6.804
Obrigações tributárias	12	4.627	6.017
Recursos municipais - Eventos	13	379	7.405
Recursos federais - Obras do PAC		4.449	–
Empresas municipais	11	1.636	24
Adiantamentos de clientes	14	16.351	26.600
Outras exigibilidades		606	785
		45.171	**64.721**
Não circulante			
Empresas municipais	11	4.551	5.692
Obrigações tributárias	12	70.148	65.935
Adiantamentos de clientes	14	–	10.949
Provisões para contingências	15	69.543	12.894
Receita diferida - ISS/IPTU	16	23.186	24.601
		167.428	**120.071**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	149.199	149.199
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.001	1
Reserva de reavaliação		120.283	121.262
Prejuízos acumulados		(221.468)	(154.324)
		54.015	**116.138**
Total do passivo e patrimônio líquido		**266.614**	**300.930**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	**31/12/2016**	**31/12/2015 Reapresentado**
Receita operacional	18	**190.242**	**195.422**
Deduções da receita operacional		(5.325)	(843)
Receita operacional líquida		**184.917**	**194.579**
Custo dos serviços prestados		(92.532)	(120.253)
Resultado bruto		**92.385**	**74.326**
Despesas operacionais		**(155.013)**	**(85.886)**
Despesas administrativas	19	(158.782)	(83.143)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.769	(2.743)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(62.628)**	**(11.560)**
Resultado financeiro			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(5.522)	(1.487)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**(68.150)**	**(13.047)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(282)	(722)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(68.432)**	**(13.769)**
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em reais)		**(13,21)**	**(2,66)**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 2 de agosto de 2017 às 01:49:31.

continuação

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**149.199**	**1**	**122.241**	**(182.982)**	**88.459**
Compensação de créditos com a sócia majoritária PMSP	–	–	–	39.902	39.902
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.288)	1.288	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	309	1.237	1.546
Prejuízo do exercício conforme publicado anteriormente	–	–	–	(13.769)	(13.769)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**149.199**	**1**	**11.262**	**(154.324)**	**116.138**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	6.000	–	–	6.000
Realização de reserva de reavaliação	–	–	(1.288)	1.288	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	309	–	309
Prejuízo do exercício	–	–	–	(68.432)	(68.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**149.199**	**6.001**	**120.283**	**(221.468)**	**54.015**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Receitas		
Vendas de mercadorias, Produtos e serviços	202.352	215.399
Outras receitas	3.633	4.553
Receitas canceladas	(3.848)	(843)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.299)	(2.555)
	200.838	**216.554**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(163.297)	(121.303)
	(163.297)	**(121.303)**
Valor adicionado bruto	**37.541**	**95.251**
Retenções		
Depreciação e amortização	(7.115)	(7.297)
	(7.115)	**(7.297)**
Valor adicionado líquido Produzido pela empresa	**30.426**	**87.954**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.082	6.071
	4.082	**6.071**
Valor adicionado total a distribuir	**34.508**	**94.025**
Distribuição do valor adicionado	**34.508**	**94.025**
Remuneração do trabalho	**61.317**	**68.656**
Remuneração de governos	**40.729**	**37.912**
Federal	31.239	26.426
Municipal	9.490	11.486
Remuneração de capitais de terceiros	**(67.538)**	**(12.543)**
Juros e aluguéis	894	1.226
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	**(68.432)**	**(13.769)**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(68.432)**	**(13.769)**
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.288	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(309)	(309)
	979	**979**
Resultado abrangente do exercício	**(67.453)**	**(12.790)**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

Fluxo de caixa	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Atividades operacionais		
Lucro/prejuízos líquido do exercício	**(68.432)**	**(13.769)**
Ajustes - itens que não afetam o caixa:	**70.635**	**16.226**
Depreciação e amortização	7.367	7.297
Juros e variações monetárias	8.035	1.707
Receita diferida realizada	(1.416)	(1.578)
Provisões para contingências	56.649	8.800
Variações nos ativos e passivos	**(18.409)**	**(6.371)**
Clientes	73.614	16.954
Almoxarifado	2	(171)
Despesas antecipadas	58	663
Depósitos judiciais	5.272	–
Outros ativos	133	(111)
Fornecedores	(7.483)	2.358
Obrigações tributárias	(4.903)	2.088
Obrigações trabalhistas	408	(1.181)
Adiantamentos de clientes	(83.534)	(24.798)
Recursos federais - obra PAC	4.449	–
Recursos municipais - Eventos	(7.026)	–
Outros passivos	601	(2.173)
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	**(16.206)**	**(3.914)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição)/baixa de ativo imobilizado e intangível	(6.679)	(2.666)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	**(6.679)**	**(2.666)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para aumento de Capital	6.000	–
Recursos líquidos originados em atividades de financiamento	**6.000**	**–**
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(16.885)**	**(6.580)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**31.150**	**37.730**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.265**	**31.150**
	(16.885)	**(6.580)**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 27 de julho de 2017, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016.

a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

• Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

• Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;

• A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

• Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2016 e 2015, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9.

h) Intangível - Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);

i) Adiantamentos de Clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos.

j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante - São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;

k) Passivo circulante e passivo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

l) Provisão para Contingências **-** Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

m) Reserva de reavaliação - Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Administração da Companhia entende que se faz necessário a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 para melhor comparabilidade, conforme disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações:

Os impactos na demonstração financeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

• Reclassificação de cheques pendentes de caixas e equivalentes caixas para outros valores a receber;

• Reclassificação das contrapartidas do contas a receber de contratos de cessões de áreas a realizar do passivo como retificadoras das contas a receber circulante;

• Reclassificação de outros valores a receber para melhor discriminação como tributos a recuperar;

• Reclassificação de adiantamentos de clientes para recursos municipais para eventos, para melhor discriminação, quanto a natureza destes adiantamentos para eventos da Prefeitura;

Contas	Saldos conforme publicados anteriormente	Saldos reclassificados	Saldo reapresentados
Caixa e equivalentes caixa	31.177	(27) C	31.150
Contas a receber de clientes	36.545	(14.790) C	21.755
Outros valores a receber	4.527	(3.982) C	545
Tributos a recuperar	–	4.009 D	4.009
Contas a receber de clientes	47.546	(47.546) C	–
Cessões de áreas a realizar CP	44.253	(44.253) D	–
Autódromo de Interlagos	1.065	(1.065) D	–
Outras exigibilidades	7.149	(6.364) D	785
Recursos municipais	–	7.405 C	7.405
Adiantamentos de clientes CP	–	26.600C	26.600
Empresas municipais	–	24 C	24
Cessões de áreas a realizar LP	55.632	(55.632)D	–
Adiantamentos de clientes LP	–	10.949 C	10.949

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Caixa	43	32
Bancos	357	2.447
Aplicações financeiras	13.865	28.671
	14.265	**31.150**

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Clientes no País	7.924	15.602
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	9.360	12.381
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.527)	(6.228)
	9.757	**21.755**

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
A vencer	6.390	16.337
Vencidos até 30 dias	852	3.205
Vencidos de 31 a 60 dias	316	1.037
Vencidos de 61 a 90 dias	926	340
Vencidos de 91 a 120 dias	1.103	138
Vencidos acima de 120 dias	10.180	6.926
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.527)	(6.228)
Adiantamento de clientes	(2.483)	–
	9.757	**21.755**

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
COFINS a compensar	10	10
PIS a compensar	43	–
IRPJ a compensar	2.788	3.573
CSLL a compensar	410	426
INSS a compensar	867	–
	4.118	**4.009**

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2016.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Créditos de empregados	237	518
Créditos de fornecedores	67	27
	304	**545**

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Terrenos		121.123	–	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a10%	120.052	(32.514)	87.538	91.598
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.778)	2.510	2.688
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.127)	8.309	8.273
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.009	(1.237)	1.772	1.894
Instalações	10%	12.891	(5.977)	6.914	8.163
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.587	(5.062)	1.525	2.360
Veículos	20%	1.205	(940)	265	385
Móveis e utensílios	10%	6.088	(5.516)	572	831
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(671)	28	36
Construções em andamento		4.407	–	4.407	16
		291.785	**(56.822)**	**234.963**	**237.367**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 2 de agosto de 2017 às 01:49:31.

continuação

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Saldo no início do exercício	**237.367**	**241.983**
Adições		
Edifícios e benfeitorias	–	3
Estacionamentos	522	–
Instalações, máquinas e equipamentos	5	2.098
Móveis e utensílios	23	173
Outros ativos	–	2
Construções em andamento	4.390	362
Total das adições	**4.940**	**2.638**
Depreciações	(7.344)	(7.254)
Saldos no fim do exercício	**234.963**	**237.367**

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*"

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Obrigações com pessoal	3	242
FGTS	368	287
INSS empresa	904	131
INSS retido	191	635
Provisão de férias	5.271	5.509
IRRF	783	–
	7.520	**6.804**

11. EMPRESAS MUNICIPAIS - ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R$ 6.187 mil, sendo R$ 1.636 mil no curto prazo e R$ 4.551 mil no longo prazo.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	164	8
Parcelamento IPTU/ISS	3.729	3.390
Receita Federal:		
• COFINS a recolher	38	733
• PIS a recolher	8	158
• Impostos retidos	688	1.728
	4.627	**6.017**
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	63.701	59.178
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.447	6.757
	70.148	**65.935**
Total circulante e não circulante	**74.775**	**71.952**

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2016 e 2015 foram pagos R$ 3.649 e R$ 2.931, respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 126 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2016 era de R$ 67.430.

13. RECURSOS MUNICIPAIS - EVENTOS

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Carnaval futuro	–	2.575
Fórmula 1	–	1.065
Natal Iluminado	–	2.558
Repasse para Escolas de Samba	379	1.138
Outros eventos	–	69
	379	**7.405**

Para as Entidades do Samba e Carnaval de 2017, os recebimentos dos recursos foram em 2017, ao passo que em 2015, os recursos para o Carnaval 2016 haviam sido antecipados. Para a Fórmula 1 2016, todos os recursos foram aplicados integralmente até 31/12/2016. Em 2016 não foi realizado o evento "Natal Iluminado".

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Circulante		
Pavilhão de Exposições	7.745	22.956
Palácio das Convenções	5.275	2.657
Polo Cultural	1.273	597
Auditório Elis Regina	741	284
Adiantamentos de clientes	1.317	–
Contratos de mídia	–	106
	16.351	**26.600**
Não circulante		
Pavilhão	–	10.755
Palácio	–	103
Polo	–	91
	–	**10.949**
Total circulante e não circulante	**16.351**	**37.549**

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31/12/2016 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, Deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	31/12/2016		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**6.868**	**6.026**	**–**
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	–	1.143	8.399
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	50.949	(2.927)	–
Valores baixados	(160)	(755)	–
Saldos no final do exercício	**57.657**	**3.487**	**8.399**

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R$ 57.184 mil, passou a ser avaliado integralmente, em 31/12/2016, de possível para provável perda.

Em 27/01/2016, por meio de Ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e consideramos no balanço encerrado em 31/12/2015, que, embora tenha havido a perda da ação judicial, não era provável que uma saída de recursos fosse exigida para liquidar a obrigação. Portanto não foi constituída, à época, a provisão para o referido processo. Mesmo assim, a PGM orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista que a condenação imposta pela 14ª Vara Cível da Capital foi posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, registrou na Provisão para Contingência o montante de R$ 6.451, equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016 foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste com a consequente extinção do processo, e que os honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõe o acordo.

No entanto, em 31/12/2016, aumentamos a provisão com a SPTrans em de R$ 50.732 mil em face ao potencial desembolso considerando a situação do andamento da ação de execução.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências fiscais que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS R$ 6.106 mil, IRPJ e CSLL 268 mil e encargos trabalhistas R$ 2.025 mil.

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a Companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	31/12/2016	31/12/2015
Ações Trabalhistas (*)	789	356
Ações Cíveis (**)	11.584	40.187
	12.373	**40.543**

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia informaram que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter ideia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa.

(**) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013 - 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2016: R$ 8.138.

16. RECEITA DIFERIDA - ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a Tributos Municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (artigo 9º, §§ 1º e 2º). Assim, segundo dispõem o artigo 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

17. CAPITAL SOCIAL

	Quantidades em 31/12/2016			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2016	2015
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	**119.704**	**5.187.696**	**149.457**	**149.457**
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	**5.064.624**	**114.095**	**5.178.719**	**149.199**	**149.199**

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2016. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado em negociação em 2016, em lote padrão, conforme o site www.bmfbovespa.com.br, foi de R$ 60,00 para as ações ordinárias, R$ 78,99 para as ações preferenciais "A", R$ 60,00 para as ações preferenciais "B", num volume total de 300 ações, 100 ações de cada uma das espécies, em 13/10/2016. Em 12/2016 a Prefeitura do Município de São Paulo aportou R$ 6.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta	**209.635**	**218.411**
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(19.393)	(22.989)
	190.242	**195.422**
Deduções da receita bruta	(5.325)	(843)
Receita Operacional Líquida	**184.917**	**194.579**

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Remunerações, encargos e benefícios	74.587	51.567
Prestadores de serviços	19.599	4.464
Ocupação e manutenção	4.420	12.594
Publicidade	181	291
Provisões	57.947	12.135
Impostos e taxas	537	1.574
Utilidades e tarifas públicas	1.511	518
	158.782	**83.143**

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período foi de R$ 2.485 (R$ 3.254 em 2015). Como pessoal-chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2016 o montante de R$ 3.702 mil e dos R$ 4.406 mil de obras em andamento até aquela data, foram pagos R$ 2.612 aos fornecedores. A vigência do termo é até 01/08/2017 com possibilidade de prorrogação. A política contábil adotada, no que diz respeito a ativos monetários, é o reconhecimento como receita nos períodos apropriados conforme CPC 007 (R1), item 13.

22. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2017	2016
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 27 de julho de 2017, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Em janeiro de 2017, com a mudança da Administração Municipal em razão das eleições de outubro/2016, também foram empossados os Diretores indicados pelo atual Prefeito.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 27/07/2017, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	14.265	14.265
Contas a receber e clientes	13.238	13.238
Impostos a recuperar	4.118	4.118
Outras contas a receber	304	304
Fornecedores	9.603	9.603
Obrigações tributárias	74.775	74.775
Empresas municipais	6.187	6.187

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

Risco de Crédito

Risco de Crédito é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

25. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a Deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou Administrativas do Município, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

26. AUTORIZAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Afonso Celso de Barros Santos, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 27de julho de 2017.

CONTADOR

KOITI KODAMA - Contador - CRCCT nº 1SP150004/O-4

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 2 de agosto de 2017 às 01:49:31.

continuação

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO TURISMO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 27 de julho de 2017, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.
(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 27 de julho de 2017
DAVID BARIONI NETO - Diretor Presidente
AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores
SERGIO LAZZARINI - Diretor de Infraestrutura
ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE - Diretor Representante dos Empregados
ANTONIO EDUARDO COLTURATO - Diretor de Turismo
CARLOS ALBERTO PARENTE - Diretor de Marketing e Vendas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2016, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2016, razão pela qual recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 27 de julho de 2017

LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO
MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES
MARCO ANTONIO TORRES PASSOS
PAULO GALDINO COELHO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SÃO PAULO TURISMO S/A, por seus membros abaixo assinados, em reunião, examinando o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, tendo em vista que já foi objeto de apreciação e deliberação pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que as aprovaram, e em atendimento à legislação que rege a matéria, manifestou sua concordância e determinou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 31 de julho de 2017

MARCOS ARBAITMAN - Presidente do Conselho
DANIEL BRAJAL VEIGA
JANIO QUADROS NETO
ROGÉRIO PEREIRA VICENTE
VITOR STUART GABRIEL DE PIERI
WALTER TESCH
WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da **São Paulo Turismo S/A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S/A**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R$ 68.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$16.042, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 04 e 25, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A**. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contas a Receber de Clientes (Nota explicativa 6)

Conforme Nota Explicativa nº 6. São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das receitas obtidas nas operações normais da empresa, deduzindo das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa **("PCLD")** que são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para Administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: testes de controles e registros contábeis, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de contas a receber em aberto ao final do exercício. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

b) Valor recuperável ("impairment") de Imobilizado (Nota explicativa 9)

Conforme Nota Explicativa n° 9, o principal ativo da Companhia é seu ativo imobilizado no montante de R$ 234.963. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de *impairment* desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos na demonstração financeira da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentário realizadas pela Companhia no exercício de 2016, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância na demonstração financeira da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação das taxas de crescimento; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Também avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos e a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

c) Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota explicativa 15)

Conforme Nota Explicativa nº 15. A Companhia possui discussões amparadas em processos administrativos e judiciais e avaliação de riscos nas esferas cível, trabalhista, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía assuntos em discussão em várias esferas processuais. As discussões cujas perdas são avaliadas como possíveis e prováveis, pelos seus assessores jurídicos, são objeto de divulgação, e aquelas em que as perdas são consideradas prováveis também são reconhecidas provisões de contingências. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como obtenção de opiniões legais de entendimento sobre certos aspectos para discussões em andamento e riscos; avaliação dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos em todas as esferas, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Ajustes de exercício anterior

Conforme evidenciado em nota explicativa nº 4. A **São Paulo Turismo S.A** registrou ajustes de exercício anterior pertinente, a reclassificação entre contas patrimoniais que não impactaram no resultado, mas gerou a reapresentação dos valores de 31 de dezembro de 2015. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em **31 de dezembro de 2015** e as informações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria datados de 17 de março de 2016.

Outras informações que acompanham a demonstração financeira e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria da demonstração financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com a demonstração financeira ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 27 de julho de 2017
Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7 - S - SP
Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6-S-SP

Bedrocan do Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.122.800/0001-43 - NIRE 35.300.492.226

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data/Hora/Local: 23/03/2017, às 12h00, na Rua Tabapuã, 111, 11º andar, conjunto 111, sala 11, São Paulo/SP. **Convocação/Presenças**: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Caio Santos Abreu - Presidente; e Flávio Augusto Picchi - Secretário. **Deliberações**: "Aprovadas, por unanimidade" as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016. Considerando que não houve lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2016, o Conselho de Administração recomendou a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, a qual, foi lida, aprovada e por todos os presentes. **Mesa:** Caio Santos Abreu - Presidente; Flavio Augusto Picchi - Secretário. **Conselheiros:** Bruce Linton, p.p. Flávio Augusto Picchi; Tjalling Erkelens, p.p. Flávio Augusto Picchi; Caio Santos Abreu. A presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro próprio. JUCESP n° 296.226/17-8 em 29/06/2017.

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ nº 61.376.737/0001-06 - NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas para as **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**, a serem realizadas, cumulativamente, no dia 11/08/2017, às 11h, no hotel Golden Tulip Paulista Plaza, Salão Roma, à Alameda Santos, 85, SP/SP, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) leitura, discussão e votação do relatório, balanço geral, demonstrações financeiras e contas apresentadas pela Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/16; b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **Assembleia Geral Extraordinária:** Aumentar o Capital Social através da capitalização correspondente ao excedente da Reserva Legal, que será mantida em montante equivalente a 20% do novo capital social. (a) Diretoria. **(02,03 e 04/08/2017)**

Fundação Zerbini

CNPJ: 50.644.053/0001-13

Extrato de Contrato

Convênio Projeto S.E.S. 1090- Processo 0175/17 – PP 016/17. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Sisnac Produtos para Saúde Ltda. CNPJ: 10.444.624/0001-51 Objeto: Bules individuais para carros Térmicos. Valor Total estimado R$ 50.862,00. Data de assinatura do Contrato: 12/07/2017-Vigência: até 31 de Dezembro de 2017 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura. **Emendas Parlamentares** Roberto Freire, Projeto: 1110–Convênio: 821107/15- Marta Suplicy, Convenio 824851/2015 – Projeto 1116- Pregão Presencial 26/16 Processos 2037-2046/16. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Philips Medical Systems Ltda, CNPJ: 58.295.213/0021-11 Objeto: Ecocardiógrafos Portátil. Valor Total estimado R$ 374.000,00. Data de assinatura do Contrato: 21/06/17-Vigência: até 27/06/2018 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura. São Paulo, 01 de Agosto de 2017. **Valmir Oliveira** e **Rafael Miranda.**

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 2 de agosto de 2017 às 01:49:31.